

SESSÕES DO PLENÁRIO

60ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 13 de agosto de 2024.

PRESIDENTE: DEPUTADA FABÍOLA MANSUR (AD HOC)

À hora regimental, 14h43, no relatório de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputado(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Cafú Barreto, Cláudia Oliveira, Dr. Diego Castro, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Hassan, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Lucinha do MST, Ludmilla Fiscina, Manuel Rocha, Marcelino Galo, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Niltinho, Olívia Santana, Pablo Roberto, Patrick Lopes, Pedro Tavares, Penalva, Radiovaldo Costa, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Rosenberg Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Soane Galvão, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Fontes e Zó. (56)

A Sr.^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

A Sr.^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur): Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao Plenário as atas das seguintes sessões ordinárias: 57^a, 58^a e 59^a, realizadas, respectivamente, em 6, 7 e 12 de agosto de 2024; e do Termo de Abertura do dia 08 de agosto de 2024.

Em discussão as atas e o Termo de Abertura que acabam de ser lidos. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovados.

Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos.)**

A Sr.^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur): Gostaria de pedir ao deputado Manuel Rocha que assumisse a presidência, em virtude de a primeira oradora inscrita ser esta deputada que vos fala.

(O deputado Manuel Rocha assume a presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Manuel Rocha): Com a palavra a primeira oradora inscrita no Pequeno Expediente, deputada Fabíola Mansur, pelo tempo de 5 minutos.

A Sr. Dra. FABÍOLA MANSUR: Sr. Presidente, é uma satisfação tê-lo presidindo esta sessão. V. Ex.^a tem parceria conosco em alguns municípios, a exemplo de Condeúba, a gente que trabalha tanto por aquele município.

Queria saudar todos os deputados presentes, os membros das galerias, as taquígrafas, os membros da imprensa.

Presidente, o que me traz aqui, deputada Lucinha, é registrar nossa moção de pesar pelo assassinato, pelo feminicídio da delegada Patrícia Neves Jackes Aires, delegada que tem inúmeros bons serviços prestados como policial civil, deputado Pablo, tendo atuado em Barra, em Maragogipe, em Conde e finalmente em Santo Antônio de Jesus.

Nós sabemos que o feminicídio é uma epidemia de mortes. Em que pese os homicídios no estado da Bahia terem diminuído, os feminicídios ainda se mantêm nos mesmos patamares, evidenciando que as mulheres não têm paz, não têm direito a uma cultura de paz. Nós sabemos também que para culminar no feminicídio tudo começa na violência psicológica. Violência psicológica pode ser ofensas, xingamentos, humilhações. Evidentemente, isso é contemplado na Lei Maria da Penha, que no mês de agosto, Agosto Lilás, faz 18 anos.

Nós, como procuradoras especiais da Mulher da Assembleia Legislativa, como deputadas desta Casa, deputada Lucinha, nós, as dez representantes femininas que temos essa pauta de defesa dos direitos da mulher e do enfrentamento a todas as formas de violência, ficamos chocadas com o assassinato, com o feminicídio, da delegada Patrícia. Assim como nos choca, deputado Hilton, todos os feminicídios, todas as formas de violência que se abatem sobre as mulheres do país, mas sobretudo esse, de uma mulher que é das forças de segurança, uma policial civil, deputado Pablo.

O impacto do abuso, o impacto da violência sobre uma policial, muitas vezes, gera o medo da denúncia. O medo da denúncia por discriminação em sua própria carreira, por julgamentos em sua própria carreira. Infelizmente, nós tivemos a delegada Patrícia brutalmente assassinada pelo seu ex-companheiro – já réu confesso –, um abusador de outras mulheres e de companheiras, deputado Raimundinho da JR, uma pessoa que cometeu falsidade ideológica, um falso médico, que estava em exercício ilegal da medicina e que já tinha agredido outras mulheres. É importante que a gente estimule, através dos nossos mandatos, as mulheres a denunciarem todas as formas de violência.

Deputado Rosemberg Pinto, eu vi um determinado deputado, na semana passada, dizendo que os deputados de esquerda, muitas vezes, chamavam os evangélicos por interesse. O que foi veementemente negado por V. Ex.^a. Com certeza, nós temos uma parceria com deputados evangélicos, com deputados que estão a serviço dos seus municípios, mas eu pergunto também qual deputado evangélico subiu a esta tribuna para rechaçar, para se chocar com as mortes de mulheres por feminicídio? Quais deputados vieram a esta tribuna para se chocarem com a transfobia, que ceifa vidas de mulheres trans ou de pessoas do segmento LGBT? É importante que a gente se choque e que esta

Casa tome providências juntamente com o nosso governador Jerônimo, que vem investindo na pauta das mulheres.

Quero, aqui, saudar a deputada Neusa Cadore, nossa atual secretária de Políticas para as Mulheres, em virtude da assunção do mandato da deputada Elisângela, em Brasília.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Eu quero que nós, a Assembleia Legislativa da Bahia, nos solidarizemos com os familiares da delegada Patrícia Neves Jackes Aires e também tenhamos ações para tentar diminuir essa epidemia que, infelizmente, assola a Bahia, a qual homens e mulheres de todas as religiões, raças, classes sociais, orientação sexual, têm a obrigação de debater, deputado Manuel.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

A gente fica muito chocado. Eu já me solidarizei com a delegada-geral Heloísa e estamos encaminhando a esta Casa – com a sua vênua, peço 30 segundos a mais – uma indicação para que, na Polícia Civil e na Polícia Militar, tenhamos órgãos internos com psicólogos, com assistentes sociais para incentivar a denúncia de assédio moral, de assédio sexual e de violência, porque, muitas vezes, essas mulheres das forças de segurança sofrem, e sofrem caladas, com medo de represália em suas carreiras, como parece que foi o caso da delegada Patrícia.

Não sei se as pessoas da Polícia Civil nos assistem, todos nós, deputados e deputadas, estamos consternados nesta Assembleia. Queremos nos solidarizar e receber os movimentos sindicais, a exemplo do Sindpoc – está ali o presidente Eustácio –, porque nós precisamos disso, deputado Rosenberg, deputada Lucinha. Existe assédio moral e sexual nas polícias militares e civis, que têm um regime próprio, hierárquico. Muitas vezes, essa discriminação na carreira faz com que o abuso seja perpetrado e, infelizmente, silencioso, culminando com a morte.

Então, quero pedir aos meus pares, já para terminar, presidente, que nós possamos debater com o sindicato para tentar uma solução especificamente para as forças policiais. Já foram denunciados vários casos de assédio nesta Casa, e a gente só tem de lamentar quando o assédio culmina com o feminicídio.

Esperamos a punição exemplar desse assassino de mulheres, o Sr. Tancredo Neves. Eu faço questão de falar o nome dos assassinos, porque muitas vezes só conhecemos os nomes das vítimas, mas precisamos que esse homem tenha a punição devida.

Precisamos mudar o Código Penal no nosso país. Nós não podemos fazer isso nas assembleias legislativas, mas nós precisamos de que os nossos deputados federais, de que o nosso Congresso torne mais rigoroso o Código Penal, para a punição exemplar desses assassinos de mulheres, porque as mulheres têm direito a uma cultura, a um mundo de paz. Isso é minimamente civilizatório.

Então, Patrícia Aires, presente!

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Manuel Rocha): Obrigado, deputada Fabíola Mansur.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Manuel Rocha): Pela ordem, deputado Pedro Tavares, ausente; Eures Ribeiro, ausente; Bobô, ausente; Zé Raimundo, ausente; Ricardo Rodrigues, ausente; Radiovaldo, ausente; Zó, ausente; Júnior Nascimento, ausente.

Com a palavra o deputado Hilton Coelho pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HILTON COELHO: O.k. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Primeiramente, registro a presença aqui do Sindsemp, que tem dado uma contribuição inestimável para a defesa de um serviço público de qualidade para a nossa população. É um sindicato que não recua em dizer que serviço público deve se respeitar. Servidor público tem de ser efetivo. Nós não vamos aceitar quaisquer manipulações que dribles a perspectiva de questionamento hoje, porque parece que está se operando isso aqui. Aprovar um projeto que, em verdade, não vai chamar servidores efetivos, vai se criar apenas uma situação para a Ação Direta de Inconstitucionalidade perder a força no Supremo Tribunal Federal.

Então, eu quero discutir, Sr. Presidente, esse projeto. Se ele vier à votação hoje, nós entendemos que é um equívoco. Quero elogiar aqui, quero bater palmas para vocês servidores e servidoras, que não recuam na defesa de um serviço público que seja sério, para vir a cumprir o seu papel de defesa do direito à justiça para nossa população.

(O deputado Hilton Coelho bate palmas.)

Parabéns ao Sindsemp. Parabéns aos servidores e às servidoras do Ministério Público. Eu quero debater esse projeto.

(A deputada Dra. Fabíola Mansur assume a presidência da Mesa.)

Mas, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de ocupar esta tribuna para falar do excelente desempenho de um candidato que esteve no debate à Prefeitura de Salvador, Sr.^a Presidenta, porque quem a está ocupando agora é a deputada Fabíola. Nas palavras do professor Hamilton Assis, o grande orientador do nosso trabalho político, Hamilton disse: “A intervenção do companheiro Kleber Rosa, candidato a prefeito de Salvador, foi simplesmente magistral.” E o que a gente tem ouvido nas ruas são coisas do tipo: “Kleber Rosa brocou.” (Risos) Não é? Aquilo não foi um debate, aquilo foi um massacre da verdade contra a dissimulação, porque o que a gente viu do outro lado foi muita dissimulação do candidato Bruno Reis. Estou falando do debate da *Rede Bandeirantes*.

O candidato Bruno Reis está tentando, mais uma vez, gerar uma imagem da cidade como se estivesse tudo bem, deputada Fabíola, como se a gente tivesse saúde de qualidade na cidade de Salvador. O povo sabe que a saúde de Salvador não tem resolutividade. As pessoas sabem que essa Prefeitura de Salvador tem um papel central para que Salvador esteja como a pior capital em desnutrição infantil do país. Que dado vergonhoso!

Um prefeito como Kleber Rosa vai acabar com a desnutrição infantil em Salvador, sabem como? Alguém pode dizer assim: “Que objetivo grande é esse?” Boa parte das nossas crianças que estão desnutridas, hoje, estão na escola pública. Por que não fazer um debate, um programa de alimentação escolar, como defende também o companheiro Hamilton Assis? Alimentação para o bem viver, que faça com que a desnutrição infantil seja combatida e que a gente tenha acesso também às suas famílias que estão numa

situação de vulnerabilidade, que estão em situação de insegurança alimentar. Isso é perfeitamente viável. Então, chega de maquiagem!

Teve um deputado que não vou revelar o nome, porque ele vai se danar comigo, mas é da Base do Governo, que disse assim: “Kleber tem um grande trunfo, porque ele fala pela verdade.” Muito forte isso, não é? Fala pela verdade, então, pode falar com convicção.

Ele é alguém que tem uma grande trajetória militante, tem uma trajetória de décadas. Isso eu sei, porque militei com ele no Movimento Estudantil Secundarista. Ao mesmo tempo, ele é um trabalhador da segurança pública, lida com as situações mais difíceis do nosso povo. É um policial antifascista e um educador exemplar. É alguém que tem uma pesquisa sobre educação de jovens e adultos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para a gente resolver isso, que é um débito racial profundo da cidade de Salvador com o seu povo.

Quase 1 milhão de pessoas precisam de educação de jovens e adultos e a prefeitura está fechando as escolas, além de não pagar o piso da educação, que é nacional, não paga o da saúde também, deputada Fabíola, nem dos profissionais de enfermagem, nem dos agentes de saúde, nem dos agentes de combate às endemias, certo?

Então, o companheiro Kleber mostrou posições no debate!

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Também, na entrevista, ontem, mostrou que nós podemos ter tarifa zero, como V. Ex.^a defende também. Tarifa zero! Kleber mostrou que tem substância! Por isso quero dar um grande abraço no nosso companheiro como representação coletiva de quem vai fazer uma grande campanha na cidade de Salvador. Ele tem todas as possibilidades de estar no segundo turno, como Boulos fez em São Paulo na eleição passada, e quiçá ganhar as eleições!

Parabéns, ...

A Sr.^a PRESIDENTE (Dra. Fabíola Mansur): Para concluir.

O Sr. HILTON COELHO: (...) Kleber Rosa; parabéns a todos que estão construindo essa candidatura.

A Sr.^a PRESIDENTE (Dra. Fabíola Mansur): Para concluir.

O Sr. HILTON COELHO: Sr.^a Presidenta, só para concluir, eu não poderia deixar de registrar o absurdo que foi o comportamento do Conselho Nacional de Justiça ao dizer que uma categoria que já tem 35% de defasagem salarial não vai ter qualquer correção dessa defasagem. Eu estou fazendo referência aos trabalhadores e às trabalhadoras do Judiciário federal, do Judiciário da União, que estão em franco processo de mobilização. Eu acompanhei a mobilização em Brasília. Sou da categoria também e quero dizer que tenho orgulho da sua combatividade que vai derrotar esse discurso...

A Sr.^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur): Para concluir, deputado Hilton.

O Sr. HILTON COELHO: (...) hipócrita do Conselho Nacional de que não tem Orçamento. O Judiciário federal, o Judiciário da União nem executa o Orçamento com a posição submissa em relação ao Executivo.

A Sr.^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur): Deputado Hilton Coelho, para concluir, deputado!

O Sr. HILTON COELHO: Muito obrigado pela tolerância.

A Sr.^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur): Agradeço a sua paciência.
(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur): Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Tiago Correia, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. TIAGO CORREIA: Boa tarde deputada e presidenta em exercício, Fabíola Mansur, minha colega. Muito feliz em tê-la presidindo esta sessão.

Boa tarde a todos os colegas servidores desta Casa, amigos da imprensa, amigos do Sindsemp que ocupam as galerias.

Deputada Fabíola, eu não poderia deixar de me sensibilizar com o assunto tão sensível trazido pelo colega Hilton Coelho: a alimentação infantil, principalmente no período escolar, no qual as crianças têm de estar completamente alimentadas, têm de estar completamente em estado de conforto, para que possam aprender, mas não é isso o que a gente vê.

Eu fico cada vez mais horrorizado com o que vem acontecendo com o governo federal, principalmente, com os aumentos constantes de impostos, de taxas; com cobranças que vem acontecendo, causando problema, inclusive, econômico já a diversas empresas.

Para agravar o problema que o colega Hilton trouxe, várias famílias, milhares de famílias estão sendo impactadas com o corte anunciado pelo governo federal no programa Auxílio Gás e no Programa Farmácia Popular, deputada Fabíola. Bilhões de reais foram cortados, 50% do Orçamento do Programa Farmácia Popular foi cortado.

Isso impacta diretamente as famílias carentes, as famílias de baixa renda, as famílias mais vulneráveis, sem falar do Auxílio Gás. Esse bem de consumo que, hoje, é ainda mais importante do que fora tempos atrás. Nós sabemos que, principalmente, no interior muitas pessoas cozinham com fogão à lenha, porque não tinham condições de pagar o gás, que já está muito caro, muito sobretaxado, com muitos impostos.

Agora, com esse corte do governo federal, pasmem, com certeza, diversas famílias voltarão a cozinhar à lenha, queimando plástico, queimando madeira. Enfim, a gente fica perplexo e pede sensibilidade deste governo, que disse que faria tanto pelos mais pobres. O que nós vemos são aumentos constantes de impostos e cortes em programas tão necessários, principalmente, para quem mais precisa. É isso que eu trago hoje, deputada Fabíola.

Muito obrigado.

A Sr.^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur): Obrigada, deputado Tiago Correia.
(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur): Com a palavra a próxima oradora, deputada Olívia Santana, pelo tempo de 5 minutos.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sra. Presidenta, colegas deputados e deputadas, quero também saudar o Sindsemp-Ba, que está aqui também nas galerias. Sejam muito bem-vindos e bem-vindas a esta Casa. A luta sindical precisa sempre ser valorizada por esta instituição, que é a Casa do Povo baiano. Então, sejam muito bem-vindos e bem-vindas.

Sr.^a Presidente, primeiro eu gostaria de saudar a importância do ato da juventude que houve ontem, quando se celebrou o Dia Nacional da Juventude brasileira, da juventude baiana, bem como o conjunto de políticas públicas anunciadas pelo governador Jerônimo Rodrigues. O ato aconteceu na Biblioteca Pública do Estado da Bahia, conhecida também como a Biblioteca dos Barris ou a Biblioteca Central, lugar onde eu estudei durante muito tempo, fazendo pesquisas para os trabalhos da escola.

Foi muito bonito ver aquelas atividades culturais sendo realizadas por jovens, ver a juventude tendo voz para apresentar as suas próprias demandas e pautas, assim como ver o governador com uma sensibilidade de escuta, mas, ao mesmo tempo, com a capacidade de anunciar políticas públicas importantes para esse segmento que ainda é tão fragilizado nessa estrutura de sistema capitalista desigual, que não gera oportunidade para todos, que estabelece essa competição draconiana e na qual poucos têm muito e muitos nada têm. Portanto, fica a nossa saudação ao governador Jerônimo e também a Nivaldo, coordenador de Políticas para Juventude, jovem, da periferia de Salvador, que vem fazendo excelente trabalho.

Foi muito importante ver o reajuste das bolsas do Programa Mais Futuro, que sobem de R\$ 300 para R\$ 400 e de R\$ 600 para R\$ 800, porque é um incentivo muito importante para que os estudantes universitários que vivem em situação de precariedade continuem nos seus estudos. Eles têm ao menos o dinheiro do transporte, um apoio, um pequeno suporte do estado para dar seguimento aos seus estudos.

Fechando esse ponto, eu quero abrir um outro. Infelizmente, é muito triste ter de estar sempre ocupando esta tribuna para denunciar, deputada Lucinha, a violência contra as mulheres. Eu quero, desta tribuna, deputada Fabíola, saudar e deixar o meu abraço solidário à família da delegada Patrícia Neves Jackes Aires, de apenas 39 anos, mais uma vítima de feminicídio no nosso estado. Muitas pessoas perguntam: “Ora, mas era uma delegada, como pode estar numa situação como essa?”

É porque essa cultura patriarcal muitas vezes aprisiona ideologicamente o emocional, o psicológico das mulheres. Há essa ideia do amor romântico, do príncipe encantado, que está subjacente e que está marcando – que sempre marcou – a nossa formação desde a infância até a fase adulta. E, muitas vezes, mulheres acabam caindo nessa armadilha, porque buscam um parceiro, um companheiro, e não conseguem, muitas vezes, identificar a dissimulação, as armadilhas...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) emocionais, deputado Hilton, e acabam caindo nessas armadilhas, sendo capturadas, muitas vezes violentadas, espancadas e até assassinadas.

Então, eu quero, deputada Fabíola, dizer que é fundamental o pleno cumprimento da Lei Maria da Penha. Quero parabenizar o trabalho da Polícia Técnica...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) que identificou e desmontou a farsa, levando o algoz à confissão de que havia assassinado a delegada Patrícia. Portanto, fica o nosso registro, a nossa total indignação.

Mais uma vez, reafirmo: é preciso desconstruir essa ideologia que forma a masculinidade tóxica, bem como desconstruir esse arcabouço ideológico que fragiliza as mulheres e que as coloca nessa situação que, muitas vezes, as leva a perderem as suas próprias vidas. Diz o ditado popular, antes só do que mal-acompanhada. Às vezes, melhor dizendo, é sempre melhor estar sozinha, desacompanhada, do que mal-acompanhada.

A Sr.^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur): Para concluir, deputada Olívia.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Essas figuras não são parceiros, não são companheiros, são algozes dentro das nossas próprias casas. Muitas vezes, mulheres estão dormindo com seus próprios inimigos. Portanto, justiça é a palavra de ordem deste dia e de todos os dias. Com certeza, nós mulheres seguiremos lutando para garantir uma sociedade de igualdade e de justiça para todas.

Muito obrigada.

A Sr.^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur): Olívia, me associo às palavras de V. Ex.^a, parabenizo também o trabalho do Sindpoc, que fará, na quinta-feira, um seminário para tratar exatamente desse tema de assédio moral e assédio sexual. Vejo ali servidores da Polícia Civil e Reonei Menezes, da Fetrab. Tenho certeza de que todos são solidários a isso. Também quero me associar à presença do Sindsemp. Os servidores do Ministério Público são sempre bem-vindos.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur): Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Raimundinho da JR.

O Sr. RAIMUNDINHO DA JR: Sr.^a Presidente, minha colega Fabíola Mansur, nobres colegas, boa tarde. Venho, mais uma vez, a esta tribuna criticar o serviço prestado pela Bahia Norte, que fez uma fusão com a CLN e, até então, não disse para que veio, está fazendo um trabalho pior do que o que já existia. Recentemente, fizeram a fusão, deputado Vitor Azevedo, e a gente observa a situação, porque entra uma, fizeram a fusão das duas e nada foi feito. A gente se pergunta: “Até quando vão continuar com essa falta de respeito com o povo baiano?” Eu, morador daquela cidade – do município de Dias d’Ávila –, fico triste em ver uma concessionária que veio fazer uma fusão com a CLN e, até o momento, não disse para que veio. Eu acho que se deveria ter um olhar diferenciado para a BA-093.

Nós já fizemos, mais de uma vez, o convite ao presidente Guilherme para que ele viesse a esta Casa e este me pediu um prazo de 20 dias – e já faz 90 dias – para apresentar um plano de governo para aquelas rodovias. Nós ficamos pasmos de ver o descaso com o dinheiro do contribuinte, porque só temos o direito de pagar. Então, eu fico muito triste.

Quero aproveitar também para dizer que, em minha cidade, Dias d’Ávila, o colégio municipal continua em greve, com as crianças passando por dificuldades na hora

da merenda escolar. Aquilo precisa de um olhar do Ministério Público. É preciso que se tenha um olhar diferenciado.

Não é admissível que uma cidade tão próxima da nossa capital, onde poderia estar acontecendo tanto desenvolvimento, deixe a desejar. Hoje, os alunos do município de Dias d'Ávila... Nós precisávamos ter pessoas do Ministério Público que dessem uma olhada nas condições de diversos colégios, como as da merenda escolar.

No distrito de Dias d'Ávila, tem um assentamento porque lá foi fechado um colégio. Estamos em pleno século XXI e não é admissível ver um colégio fechar. Quando vemos um colégio fechando, vemos também a esperança do povo indo por água abaixo. Não é admissível ver colégio fechando ou colégio com seus telhados caindo em uma cidade como Dias d'Ávila. O prefeito daquele município era quem deveria estar olhando em primeiro lugar para a saúde do nosso povo, olhando para os estudantes da nossa cidade e nada faz.

Eu quero demonstrar a minha indignação, de forma muito expressiva, pois não é admissível que se viva em uma cidade tão próxima da nossa capital e com falta de estrutura, falta de tudo que se possa pensar. Hoje se vê as ruas daquele município com esgoto a céu aberto. Isso não é admissível!

Eu fico mais pasmo, minha amiga Fabíola Mansur e os colegas presentes, porque ficamos olhando como podemos conviver com um colégio ao lado de um cemitério. Eu nunca vi isso na minha vida. Gente, é um absurdo! Como alguém pega seus filhos e coloca em uma sala de aula a menos de 50 metros de uma parede de um cemitério? Chega a ser até piada! Coloca-se as crianças para estudar nesse colégio e lá dentro há baratas e mau cheiro. É impossível uma criança ter aula ao lado de um cemitério...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) mas se vê isso na cidade Dias d'Ávila. Não podemos nos calar com uma situação tão desagradável para todos aqueles alunos. Eu acho que eles merecem respeito! Fica, mais uma vez, a minha indignação!

Eu quero mandar um abraço para todo o pessoal do Sindpoc que merece todo o nosso carinho e respeito.

Um abraço.

A Sr.^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur): Obrigado, deputado Raimundinho da JR. Associamo-nos às suas palavras.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur): Com a palavra, a querida deputada Lucinha do MST, pelo tempo de 5 minutos.

A Sr.^a LUCINHA DO MST: Obrigada, presidenta deputada Fabíola Mansur. Saúdo os colegas deputados, bem como todos e todas que estão nas galerias. Parece que Sirlene, que é do setorial de segurança pública do PT, saiu ali.

Presidenta e deputada, quero fazer alguns registros que eu considero muito importantes. Primeiro, solidarizar-me com a família da nossa delegada Patrícia e concordar com todas as sugestões e proposições que a deputada Fabíola Mansur e

também a nossa deputada colega Olívia Santana colocaram nesta Casa, trazendo para nós, desta Casa, inclusive a responsabilidade que temos, porque morte com violência doméstica, como a sofrida ontem pela delegada Patrícia, nos remete a um comprometimento maior em fazer cessar entre nós a cultura do ódio, do patriarcado, do machismo e do preconceito. Então, é uma batalha muito grande que envolve todas as organizações populares, mas também as casas institucionais como a nossa. Além de me solidarizar, quero dizer que a nossa batalha continua pela frente de maneira conjunta.

Quero fazer um registro também, deputados e deputadas, sobre sexta-feira. Eu consegui acompanhar uma agenda que foi muito importante, protagonizada pelo nosso governo do estado, sob a condução da Seades, que foi a abertura do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para os agricultores familiares, para as nossas comunidades rurais. Na sexta-feira, abrimos o PAA, sendo a primeira entrega do PAA para quilombolas, ocorrida no município de Araçás.

Então, eles conseguiram fazer com que 25 produtores levassem a sua produção, que, na maioria das vezes, se perdia nos fundos dos quintais e nas roças, para fazer a entrega dessa produção para mais de 250 famílias.

Então, o governo federal e o governo do estado comprem conjuntamente e têm a obrigação de fazer a doação dessa compra para as famílias mais necessitadas. Vejam bem, quem fez a escolha das famílias foi o município, foi a gestão municipal. Então, uma parceria bonita que os nossos programas sociais propiciam no processo de construção das políticas públicas.

Nesse campo, quero saudar o presidente da nossa associação, que é um jovem negro, quilombola, que é o nosso companheiro Lucas, bem como a companheira Ana – é lógico –, e com eles saudar o presidente estadual da Ceca, meu companheiro Eudes Queiroz.

Quero fazer um registro do dia de ontem, porque foi muito importante o dia 12 nas comemorações do Dia da Juventude nesta Casa, cujo começo se deu com uma sessão bonita e belíssima – quem não estava perdeu o momento místico e bonito protagonizado pela juventude – e encerramento ontem à noite, quando o nosso governador anunciou a criação de um comitê intersetorial com todas as secretarias para debater e construir mais políticas públicas voltadas para a juventude do nosso estado, sob a batuta do nosso secretário, nosso companheiro Nivaldo Millet, e da nossa presidenta do conselho, minha companheira Laís.

Finalizando a minha fala, presidenta, quero ressaltar que ontem – como hoje é o Dia da Irmã Dulce – também foi o dia em que se comemora a luta de Margarida Alves, essa companheira que foi uma grande lutadora, deputada Ivana Bastos, pelo movimento sindical para que todos os trabalhadores rurais conseguissem que seus direitos fossem de fato respeitados pelo estado.

Ontem foi o dia dela, foi aniversário da morte dela, mas Margarida Alves vive através de outras organizações de grandes pautas que ainda hoje acompanhamos, como o MST e a Luta das Margaridas que acontece em Brasília, conduzida pela Contag. Isso significa que Margarida continua viva. Há diversas Margaridas pelos nossos estados e país afora...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) que continuam a luta pela terra, a luta do movimento sindical, a luta por mais conquistas e execução de fato a partir da efetivação dos direitos da classe trabalhadora.

Obrigada, presidenta.

(O deputado Adolfo Menezes assume a presidência da Mesa.)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, o deputado Rosemberg.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, servidoras, servidores e visitantes das Galerias Paulo Jackson.

Deputada Fabíola, ouvi a sua fala atentamente e é devida sua angústia. Na semana passada, falávamos sobre essa questão da violência contra as mulheres e sobre o caso da delegada titular de Santo Antônio de Jesus, que foi estrangulada com o cinto de segurança do carro por uma pessoa que já tinha um histórico de violência contra as mulheres, inclusive um histórico de violência contra a própria delegada.

Então, isso nos leva a uma reflexão: nós precisamos trabalhar muito a questão das denúncias de violência contra qualquer tipo de abuso, seja contra a mulher, a criança ou o idoso, porque, às vezes, as relações afetivas acabam impedindo, muitas vezes, de se fazer essa denúncia. Assim, quem está ao redor disso e que possa fazer a denúncia, tem de fazer, porque eu imagino que as relações afetivas acabam criando a possibilidade de dar uma oportunidade à outra parte de não mais fazer determinada ação em contradição com uma relação.

Eu também acompanhei a declaração do secretário de Segurança Pública. Então, é preciso lamentar e essa reflexão nos leva a fazer um trabalho grandioso com relação às denúncias dessas, suspeitas, e denúncias por parte das pessoas que são agredidas. Isso pode evitar casos nesse sentido.

E nós temos de também fazer atos que possam intimidar essas pessoas para não agredirem mulheres. Na semana passada, aqui, nós fizemos uma manifestação contra o prefeito de Santa Luzia por uma agressão extremamente cruel a uma mulher só porque ela se candidatou à prefeitura da cidade, contra a sua posição, numa demonstração de agressão à mulher, de uma posição de subordinação da mulher. E nós precisamos denunciar isso também no campo da política.

Agora, na cidade de Coaraci, vivemos um fato extremamente singular, um dos candidatos a prefeito tem em seu histórico a agressão a sua mulher. Imaginem o que essas pessoas que agredem as suas companheiras não vão fazer com as outras mulheres ou com as outras pessoas da cidade? Então, nós precisamos denunciar todos os dias esse tipo de posicionamento, de postura, como uma forma da política buscar solucionar essas questões.

E ontem nós falávamos aqui, nesta Casa, que nós precisamos tratar a juventude como uma fração da sociedade do ponto de vista da solução...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) atual dos seus problemas. Porque na hora em que a gente forma um cidadão, uma cidadã, retirando dessa formação esses espíritos de dominação, nós estamos também já prevenindo, para que a gente possa ter uma sociedade que não tenha de ter exemplos como esse que aconteceu em Santo Antônio de Jesus, como esse que aconteceu em Santa Luzia, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e esse caso na cidade de Coaraci. A política precisa se posicionar nesses casos e lamentar que tenha acontecido essa fatalidade, com a morte de uma pessoa, que não é baiana, mas que veio para cá disputar o seu espaço de trabalho e, lamentavelmente, teve a sua vida ceifada por uma posição de agressão às mulheres que nós, da política, precisamos todos os dias denunciar e coibir.

Obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, deputados e deputadas, primeiro, eu queria, aqui, prestar a minha total solidariedade à família da delegada Patrícia Jackes, de Santo Antônio Jesus, que durante muito tempo foi titular, depois foi adjunta, e estava agora como delegada de São Felipe e também dava plantão em Santo Antônio Jesus, pela tragédia que aconteceu, deixando um filhinho.

Na verdade, eu acho que a sociedade precisa se levantar de uma vez por todas contra isso, não só com a construção de delegacias, de núcleos de atendimento à mulher, mas de uma forma realmente efetiva, que a legislação, a gente possa, de alguma forma, determinar uma mudança no comportamento desses homens que ainda acham que são donos das mulheres.

Eu acho que a gente carrega uma sociedade machista por tudo que o tempo vem conduzindo, mas, com todas as mudanças dessa época contemporânea, a gente não pode mais permitir, eu não digo nem um assassinato, qualquer tipo de agressão. Eu digo às mulheres sempre assim: "Amigas, não permitam que um homem levante nem a voz". Começa assim, gente, começa com a falta de respeito na conversa. Ainda mais se a gente aceitar algum tipo... um puxão de cabelo, um segurar mais firme do homem sobre a mulher. Aí, eu acho que abre um precedente para que as coisas comecem a se tornar normais e acontecer um fato desse, uma tragédia com uma mulher nova, de 39 anos, delegada, com a vida toda pela frente, ainda coordenadora do Núcleo de Defesa às Mulheres, delegada lá. Infelizmente, Santo Antônio, de sábado para domingo, amanheceu com essa tragédia. Solidarizo-me com toda a família da delegada Dr.^a Patrícia Jackes.

Mas, Sr. Presidente, eu queria fazer um combinado, aqui, com V. Ex.^a, com os deputados presentes, com o deputado Rosemberg, a deputada Olívia, o deputado Radiovaldo, Manuel, Pablo, porque a gente sabe que não vamos tapar o sol com a peneira. Todos nós vamos trabalhar aqui, na Assembleia, mas trabalhando dobrado nesse período eleitoral, e nem por isso – eu conheço o perfil de todos os deputados e deputadas aqui – deixaremos de fazer o nosso serviço para o qual nós fomos eleitos, e fomos eleitos

porque nós colocamos o nosso nome para essa apreciação. Então, nós decidimos estar aqui.

Mas eu queria fazer um combinado com V. Ex.^{as} para que, de alguma forma, às terças-feiras a gente pudesse, efetivamente, estar apreciando projetos, para que a gente tivesse número legal para votação. Que não fosse na segunda, que não fosse na quarta. Que a gente pudesse, como o deputado Bobô sabe disso, deputado Robinson Almeida, até fazer as sessões especiais logo após. A gente poderia abrir esse momento das quartas-feiras... após o início da sessão, a gente transformava numa sessão especial para que a gente pudesse, pelo menos em um dia na semana, estar apreciando, trazendo aqui as votações importantes.

Se V. Ex.^a, deputado Adolfo Menezes, estiver de acordo, que o deputado Rosemberg converse com sua bancada, para que a gente pudesse fazer aqui, pelo menos, um esforço hercúleo, intensivo, para que a gente pudesse estar trazendo essa votação, pelo menos, às terças-feiras para que todos aqui pudessem estar contemplados de alguma forma.

Eu quero dizer, de minha parte, que, até por ter uma base muito grande em Salvador, eu estarei aqui, em Salvador...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e poderei estar dando a presença para a continuidade das sessões. Mas eu queria que a gente não precisasse estar fazendo esse tipo de discurso, dizendo que a gente não tem um número adequado para uma votação.

Então, sendo assim, Sr. Presidente, tenho colocado aqui as minhas palavras, o que eu penso. Eu acredito que pode ser feito esse combinado... não é nem um acordo, um combinado, para que a gente pudesse, ao menos às terças-feiras, ter os 32 deputados para que a gente pudesse...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) estar votando qualquer tipo de projeto. Obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, teremos votação nesta tarde.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou o líder do Bloco Parlamentar MDB/PSC... Deputado Rosemberg! (Pausa) Deputado Rosemberg, MDB/PSC/Avante... (Pausa)

Não tem orador?

O Sr. Rosemberg Pinto: Não, tem orador, Sr. Presidente. Avante e...?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): PSC e Patriota.

O Sr. Rosemberg Pinto: PSC e Patriota.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): MDB e PSB.

O Sr. Rosemberg Pinto: Vai falar... Por quanto tempo?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): São 8 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto: Não.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): São 10 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto: Falará por 5 minutos, a deputada Olívia; e por 5 minutos, o deputado Radiovaldo. Estão ali, conversando.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não. Deputada Olívia, com a palavra, por 5 minutos.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Bem, Sr. Presidente, eu retorno a esta tribuna para, primeiro, agradecer aos colegas membros da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público que participaram da nossa reunião. A reunião teve quórum. Na reunião se aprovou uma série de procedimentos da nossa comissão. Quero destacar a importância do convite para a vinda da nossa secretária Rowenna Brito, essa secretária que tem uma capacidade muito grande de resolução, de resolutividade, que tem atendido aos deputados em suas preocupações, suas demandas em relação à educação, e que está enviando para esta Casa duas matérias importantes e quer contar com o apoio deste Plenário.

Uma matéria é a criação, a instituição do Sistema Estadual de Educação. Essa é uma conquista muito grande para a educação baiana, que precisa, de fato, fazer valer o sistema de colaboração entre estado, município e a União, não necessariamente nessa ordem. Mas esses entes da Federação precisam trabalhar em regime de colaboração. Portanto, a secretária Rowenna, em reunião comigo, que sou presidenta da comissão, mas também com o presidente do Fórum Baiano de Educação, o professor Danilo, nos deu essa boa notícia, que é o envio do projeto de criação do Sistema Estadual de Educação.

Um segundo projeto que também muito me interessa, interessa a toda a população baiana, é, também, o envio do PL, de autoria do Executivo, que cria o programa de alfabetização para enfrentar o analfabetismo na Bahia. Cerca de 10% da nossa população ainda sofre com o analfabetismo em plena era da tecnologia. Essa é uma chaga ainda, um passivo que há no Brasil. E nós precisamos, em cada estado, fazer a nossa parte.

Portanto, eu quero celebrar, saudar, parabenizar a secretária Rowenna, que nos informa sobre a vinda à Casa do programa estadual A Bahia Alfabetizada. Nós temos de fazer todos os esforços para a erradicação do analfabetismo no estado da Bahia.

Então, sendo eu uma pedagoga, educadora, além de ser presidenta da comissão, obviamente que trouxe essa pauta para a reunião de hoje. E nós concluímos que será muito oportuna a vinda da secretária Rowenna a esta Casa para tratar dessas duas matérias estratégicas para o avanço da educação na Bahia.

Também aprovamos a audiência pública em que se vai debater a situação dos bancos de leite na Bahia. Esse é um serviço público que salva vidas, vidas de crianças, de bebês, e nós temos um compromisso com essa pauta.

Eu quero saudar a nossa querida Dolores, que é a diretora do Iperba, uma maternidade de referência, que tem um grande programa de aleitamento materno...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) do qual eu me orgulho, também, por colaborar, participar. Nós já destinamos emenda parlamentar para a compra de ambulância e também de carro, para que o leite possa ser colhido até nas residências das mães que têm leite em abundância e que podem colaborar com o abastecimento do banco de leite do Iperba.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Então, fico por aqui, Sr. Presidente, saudando e parabenizando todos que participaram dessas aprovações e de outras tantas que nós conseguimos fazer na manhã de hoje.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Manuel Rocha): Com a palavra o deputado Radiovaldo.

O Sr. RADIOVALDO: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, satisfação estar falando aqui para vocês.

Hoje, presidente, participei, juntamente com o deputado Rosemberg, da audiência pública para a apresentação do quadrimestre pelo secretário Manoel Vitório. Fiquei muito satisfeito com a apresentação feita pelo secretário, com muita transparência, mostrando o resultado das finanças do estado nesse primeiro quadrimestre.

Além de mostrar que nós estamos com as finanças relativamente equilibradas, o secretário apontou algumas questões que merecem a nossa atenção. Uma delas é a questão dos precatórios. Os precatórios têm crescido de forma vertiginosa e até 2029 haverá um crescimento significativo dessa despesa do estado. E o secretário chamou atenção para a necessidade de se adotar medidas necessárias para tratar desse tema.

Estamos com a arrecadação do ICMS em alta, mas o interessante é que o secretário, na questão do ICMS, por exemplo, retratou que a principal empresa que contribui para a arrecadação do ICMS, a Refinaria Landulpho Alves, contribui bem menos com a arrecadação do ICMS do que contribuía quando era da Petrobras. Hoje, privatizada, a refinaria, por estar com uma baixa carga de processamento, tem contribuído bem menos do que aquilo que é a sua capacidade. Isso é uma comprovação de que, entre outras motivações, a privatização da Refinaria Landulpho Alves também causa um outro prejuízo para o estado, que é, justamente, na arrecadação do ICMS, que é o principal imposto, a principal fonte de recursos para custear o estado.

O deputado Rosemberg, inclusive, colocou, não foi, Rosemberg? a preocupação com o crescimento das despesas do estado, a necessidade de a gente precisar, de fato, cuidar dessa questão para que a gente tenha mais recursos para garantir o investimento. A nossa capacidade de investimento está diminuída, apesar dos esforços que o secretário Manoel Vitório e o próprio governador Jerônimo vêm fazendo. Temos, hoje, um saldo positivo nas contas apresentadas neste primeiro quadrimestre, mas penso que essa questão do financiamento da máquina pública, do custeio das despesas da máquina pública é um tema que a gente precisa aprofundar, a gente precisa evoluir na discussão, porque é o controle dessas despesas que, naturalmente, garantirá uma maior capacidade de investimento por parte do estado.

Então, foi uma audiência pública muito produtiva, muito importante. E espero, agora, que nesse item específico... o secretário Manoel Vitório até pediu celeridade por parte da Petrobras na recompra da RLAM para que, com isso, a gente possa garantir o retorno do aumento na contribuição do ICMS para o estado da Bahia.

Aqui, também, presidente, aproveitar para fazer o meu registro de pesar pelo assassinato da delegada, uma servidora pública do estado, de forma muito covarde e cruel. Algo que a gente precisa, de fato, combater. É lamentável que situações como essa aconteçam no nosso estado, em especial, com as mulheres. Envio toda a solidariedade à luta das mulheres contra a violência e que lutam para acabar com esse tipo de postura.

Quero aproveitar também para saudar os companheiros e as companheiras do Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais da Bahia e do Ministério Público do Estado presentes na audiência e solidários à luta, naturalmente, dos companheiros e companheiras do sindicato.

Obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do PP.

O Sr. Rosemberg Pinto (fora do microfone): Alguém quer falar aí?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não tem orador?

O Sr. Rosemberg Pinto: Alguém quer falar aí? Tem orador sim! Falarão, por 5 minutos cada, a deputada Lucinha do MST e o deputado Rosemberg.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado, o tempo é do PP e é de 8 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto: Oito minutos? Falarão, então, 4 minutos cada, a deputada...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Marca o tempo de 4 minutos, por favor. Tempo correndo.

O Sr. Rosemberg Pinto: Aliás, durante 5 minutos, falará a deputada Lucinha... Eu vou iniciar.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não tem orador, deputado?

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Sr. Presidente, eu tenho conversado com o deputado Alan, e ele propôs que a gente instituísse o período das votações às terças-feiras. Votaríamos hoje, na próxima terça e na terça seguinte. Com isso, a gente conseguiria atualizar a pauta de votação.

Eu queria aproveitar para falar, deputado Alan, desse projeto. Eu, inclusive, passei para V. Ex.^a. Trata-se do projeto que diz respeito à consensualidade entre as ações contra o estado ou do estado contra alguém ou alguma empresa. Naturalmente, nós precisamos diminuir a pauta do Judiciário; e, com isso, encontrar mecanismos de solução para poder pactuar determinadas possíveis dívidas do estado ou vice-versa.

Hoje, o secretário Manoel Vitório apresentou um contencioso. Isso se transforma em precatórios. E a previsão é a de que, no próximo ano, se tenha em torno de R\$ 8

bilhões de precatório. Isso, sem dúvida alguma, inviabiliza o Orçamento do estado da Bahia. Com isso, este projeto permite à Procuradoria Geral do Estado buscar consenso entre as partes, no sentido de que se possa diminuir o contencioso e, com isso, diminuir determinados possíveis pagamentos ou possíveis dívidas. Isso é de fundamental importância.

Nós precisamos modernizar o estado. E modernizar o estado significa dirimir todos os contenciosos que puder, sem necessariamente ter de levar a causa ao Poder Judiciário.

Primeiro, é demorado; segundo, é muito duvidoso; terceiro, é possível, nessa modernização do estado, em que a gente pode criar câmaras de negociação, em que a gente pode criar grupos de diminuição desse contencioso, diminuir determinadas ações que o estado possa ter em dívida, o que leva já para o próximo ano uma perspectiva de precatório no valor de R\$ 8 bilhões. Ou seja, nós estamos falando de 10% do Orçamento do estado da Bahia.

Já temos uma suplementação na Previdência Social do estado que este ano bate mais R\$ 8 bilhões.

Então, nós teremos só, deputado Marcelino Galo, entre o fundo da Previdência e precatório, 20% do Orçamento do estado que, sem dúvida alguma, irão inviabilizar investimentos, que é a razão de ser da arrecadação do estado para que possa, a partir daí, fazer benefício à sociedade.

Por isso, eu queria pedir ao deputado Alan para ele dar uma analisada junto com seus pares e com os nossos pares, a fim de que a gente possa, no dia de hoje, dar uma perspectiva de votar, deputado Alan, dois projetos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que são projetos de interesse do estado.

Um é o Projeto Sertão Vivo. Deputado Alan, o Projeto Sertão Vivo é da CAR, e o presidente da CAR veio aqui para conversar comigo e com o deputado Alan, no semestre passado. Trata-se de um projeto de investimentos para ações na área do Semiárido baiano e no Sertão.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

É natural que isso precise de um investimento.

Então, quanto ao empréstimo que a gente está falando, deputado Euclides, na realidade, é um empréstimo para dar sustentação ao Programa Sertão Vivo que nós... Sertão verde que nós começamos o semestre passado.

O outro é um projeto de uma possível urgência. Nós estamos falando do VLT. O governo do estado da Bahia negociou com o estado do Mato Grosso. Nós precisamos aprovar na Casa.

Então, diante desses três projetos que estão tramitando, deputado Alan, espero que a gente possa chegar a um bom termo, além, obviamente, do projeto do Ministério Público, que nós combinamos já a dispensa de formalidades.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o nobre líder Alan Sanches.

O Sr. Rosemberg Pinto (fora do microfone): Sr. Presidente, é Lucinha!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Lucinha falará depois. (Silêncio)

Com a palavra a deputada Lucinha pelo tempo de 3 minutos.

A Sr.^a LUCINHA DO MST: Obrigada, presidente.

Ao utilizar aqui os 3 minutos, dando continuidade ao debate sobre a violência doméstica e familiar que atinge todas as nossas mulheres, chamo a responsabilidade desta Casa no que diz respeito ao conceito de fortalecer o trabalho em rede do conjunto dos organismos que a gente tem.

Referindo-me à Defensoria Pública que possui, à frente, a nossa companheira Firmiane; ao papel do Ministério Público; e ao papel do Tribunal de Justiça, com Dr.^a Nágila, a nossa Dr.^a Nágila, que faz um trabalho incansável, chamo a atenção para este ano por ser ano eleitoral.

Como liderança, neste estado afora, a gente deve conscientizar os nossos eleitores da importância de a gente eleger gestores nos nossos municípios, prefeitos e vereadores com compromisso no enfrentamento contra a violência doméstica e familiar.

Digo isso porque só vamos superar esse ódio e esse preconceito maldoso contra as mulheres trabalhando em rede. O papel do município é fundamental com os Crams (Centro de Referência de Atendimento à Mulher), melhor, com a instalação dos Crams, na ajuda às nossas delegacias especializadas, na criação de conselhos municipais para reforçar essa rede que já existe em nível estadual, lógico, culminando com a nossa Secretaria de Políticas para as Mulheres, tendo à frente a nossa deputada Neusa Cadore.

Para além de criação de instrumentos e constituição de leis que permitam a proteção do conjunto das mulheres, a gente precisa fazer um esforço no que diz respeito ao tema da educação. Nós precisamos desconstruir da mentalidade dos nossos filhos, filhas e netos a cultura do preconceito e a cultura da violência. Para isso, a educação é de fundamental importância na construção de um ambiente saudável onde a gente se respeite, onde a gente se olhe e se veja como seres humanos iguais. Deve-se, lógico, através da educação, mudar a naturalidade que existe que alguns seres humanos são maiores que outros e têm poder sobre o corpo, sobre a mente e sobre a condução de vida do nosso parceiro ou das nossas parceiras.

Então, a gente quer chamar a atenção para este nosso compromisso coletivo que a gente tem enquanto instituição e enquanto responsabilidade de liderança por esta Bahia afora.

Gostaria de parabenizar o nosso governador Jerônimo por esse olhar amplo no que diz respeito às minorias, que não são minorias, que são as mulheres, que é a população de negros e negras, sobretudo, a população da juventude, pois ontem a gente fez um lindo e belo dia.

Por último, temos o nosso Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado. O nosso CDCN está nesta Casa. Em algum momento, em algum espaço, eles

estão nos ouvindo. Não é, Olívia? Nós estamos numa batalha para instalar a Comissão de Promoção da Igualdade Racial.

Mas ressalto e saúdo a nossa companheirada do CDCN, que está nos acompanhando. Ela nos dá suporte também ao conjunto das políticas do nosso governo, do nosso governador Jerônimo, do nosso presidente Lula, no que diz respeito à população negra no nosso estado.

Obrigada, presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Rosenberg Pinto: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. Rosenberg Pinto: Eu pedi ao deputado Alan que, durante a sessão, fizéssemos um intervalo de 15 minutos para a gente poder fazer a instalação da presidência da Comissão de Constituição e Justiça. Então, como não pode ter as duas sessões concomitantes, ou seja, no mesmo período, interromperia esta sessão durante 15 minutos e faria a eleição do presidente. Depois, a gente retomaria. Aí, era só verificar o horário para fazer isso com o deputado Alan.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, eu vou falar por 3 minutos, e o deputado Diego por 7 minutos, já respondendo ao deputado Rosenberg.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pelo tempo do PL. Não é isso?

O Sr. ALAN SANCHES: Isso. Eu falarei durante 3 minutos. O deputado Diego falará durante 7 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k.

Com a palavra o deputado Alan.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, na verdade, os deputados Robinson Almeida e Rosenberg tinham também me solicitado para a gente poder fazer a instalação, pois não deu quórum de manhã.

Inclusive, eu já falei algumas vezes com V. Ex.^a. A gente precisa ter uma cobrança, uma conversa com todos os deputados, os 62, excetuando V. Ex.^a, Sr. Presidente, para a gente poder colocar essas comissões efetivamente para desenvolver e desempenhar o trabalho.

Mas a CCJ, nesse caso, e me parece também que a comissão do Hilton, que ele é candidato a vice-presidente também, precisava. Ele me falou que precisava também dessa instalação. Então, pelo interesse da Casa, eu acho que a gente tem de abrir esse precedente sim para instalar a CCJ, a fim de que a gente não cause nenhum problema nas votações seguintes.

Mas, sendo assim, Sr. Presidente, mais uma vez, eu tenho o maior respeito e consideração ao deputado Rosenberg. Eu já falei isso na sessão passada. Vou tornar a falar que o governo do estado precisará fazer um trabalho para colocar os seus 43 deputados presentes, pelo menos, no dia de votação para a gente poder apreciar os projetos de interesse do governo.

Existem projetos que são de estado e existem projetos que são de governo. Então, quanto aos projetos de governo, quem tem de defender são os deputados de governo. Para isso, eles vão ter de estar presentes aqui. Na semana passada, já fizemos concessões ao deputado Rosemberg, porque entendemos como importante aquele projeto como entendemos outros que votamos, inclusive, no projeto passado, até a favor. Mas volto a dizer que nós precisamos sim ter os deputados presentes.

Agora, com relação ao projeto do Ministério Público, esse já está acordado, pois existe uma necessidade da arrumação do RH, dos recursos humanos, dos cargos lá, inclusive direcionados ao Ministério Público. Inclusive, o procurador entrou em contato conosco para explicar a situação, pois, caso contrário, ele teria de tomar outras medidas, inclusive, ir a Brasília. E se esta Casa pode resolver este problema, não tem por que nós não resolvermos e fazermos nosso dever de casa.

Então o projeto Ministério Público está acordado para a gente dispensar as formalidades.

Queria que V. Ex.^a convidasse, agora, o deputado Diego Castro para falar.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Diego.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Sr. Presidente, senhoras e senhores, cumprimento todos nesta Casa no dia de hoje, cumprimento a imprensa presente, todos aqueles que nos assistem pela *TV ALBA*.

Para começar, presidente, queria registrar o meu pesar pelo fatídico acontecimento do assassinato da delegada da Polícia Civil da Bahia. Esse foi um crime que retrata como está fragilizada a nossa segurança, pois nem os próprios braços da segurança pública, que são os agentes, estão imunes a isso, como nenhum ser humano.

Mas o fato retrata o descaso e a fotografia do abandono da segurança pública por parte do PT na Bahia. Trata-se do assassinato de uma delegada de polícia em nosso estado.

Engraçado, eu vi Rosemberg, o líder do Governo, repudiando a violência contra as mulheres. Aproveitando essa questão da discussão, o PT tem essa postura. Mas a gente não viu essa postura quando o filho de Lula agrediu a sua esposa. Ficaram todos calados, porque, para Lula, só pode agredir a mulher... Todo mundo pode agredir. Mas se o cara for corintiano, segundo ele, está liberado. Ninguém pode agredir. Mas se for corintiano, está liberado. Olha a hipocrisia!

Eu quero ver uma nota do PT e da esquerda repudiando essas falas, pois, até hoje, não vi, porque essa luta classista está na cara, ela é seletiva. Só é quando interessa o discurso deles.

E quanto ao caso ocorrido aqui, eu quero ver qual vai ser a atitude que o governo do estado, por meio da Secretaria de Segurança Pública principalmente, vai tomar para elucidar e para, de fato e efetivamente, coibir essas questões.

Digo isso porque o que a gente vê é o discurso ideológico. O assunto é: nós contra eles. Responde-se ao criar campanhas que geram uma rivalidade de gênero. Não há nada

de efetivo para combater a insegurança, que é a pior do Brasil, e já está chegando, aliás, já chegou aos agentes de segurança. Não é à toa que temos um dos maiores índices de policiais mortos no país, seja ele militar, seja civil. E agora há a Polícia Penal, regulamentada recentemente, que está nesse rol aí.

Mas, presidente, há outra questão que eu vim falar. O governo Lula pode ser apelidado de “Lula mãos de tesoura”, porque cortou R\$ 13 bilhões do Orçamento público, o que afetou diversas áreas. Ah, se isso é no governo de Bolsonaro! Estava uma chiada do caramba! Estava um rebu! Isso é o que eles, a militância e a bancada da esquerda, sabem fazer de melhor! E há previstos mais R\$ 2 bilhões. Mas eles pararam, neste momento, no 13, curiosamente.

Quais as áreas estão sendo afetadas com esse corte? Farmácia Popular! O pobre está precisando do remédio gratuito e acessível. E essa necessidade é custeada por esse recurso. Esse pobre não vai ter remédio por causa de Lula que cortou R\$ 1,7 bilhão do Farmácia Popular.

Vejam o Auxílio Gás. Para essa gente aí que tanto se fez no discurso de campanha: “gás de cozinha para o pobre ter sua dignidade”. Olhem a dignidade que eles estão dando ao cortar R\$ 580 milhões do Auxílio Gás! Há o programa que ele mesmo criou e agora cortou, o Pé de Meia. A meia está furada, porque eles cortaram R\$ 500 milhões também do Pé de Meia. Há o Minha Casa Minha Vida. O discurso hipócrita que moradia é um direito social. A moradia é um direito social para líder do MST, que a gente viu morando em mansão dentro do assentamento, enquanto os assentados estavam debaixo de palha e madeira. O Minha Casa Minha Vida teve um corte de R\$ 700 milhões nessa brincadeira.

Não para por aí não! Não para por aí! O serial killer do povo, Luiz Inácio Lula, que também cortou R\$ 1 bilhão, 280 milhões da educação, do repasse que seria do último montante para essa área, que eles julgam a principal. A educação deles todo mundo sabe que é formar militantes para dizerem que “broco” com “r” está certo, porque Paulo Freire preconizou isso no passado.

O aluno não estuda, não tem capacidade de ser aprovado, tem uma educação pública de péssima qualidade, tem de passar de ano assim mesmo, como Jerônimo fez na Bahia. Fez aprovação automática e depois, com a maior cara lavada, foi dizer que não foi nada daquilo, sendo que tem uma portaria, inclusive que eu entrei com uma ação, emitida pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia.

E não para por aí, vem muito mais. Esse é o retrato da forma PT de governar: primeiro eles e em último, ou em nenhum lugar, se puder, o povo. Essa é a forma PT de olhar para os mais necessitados.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Eu tenho 1 minuto ainda, presidente, então eu passarei para a conclusão.

Essa é a forma PT de olhar para os mais necessitados, aumentando impostos, como aqui na Bahia, o ICMS chegou a 20,5%, e o que o governador disse? Que vamos continuar demandando isso, pedindo empréstimo, aumentando imposto. Por quê? porque ele não está nem aí para o pobre. Ele não está nem aí para o contribuinte. Não

está nem aí para o bolso de quem mais trabalha e mais produz, esses são quem sempre têm menos nesta terra, quem trabalha 5 meses do ano, dos 12 meses, só para bancar a boa vida, perdulária, gastadora, do governo do estado, do PT, que já somaram R\$ 6 bilhões de empréstimos nesta Casa e ainda diz que vem mais por aí.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Com tudo isso, preparem-se baianos, a faca vai continuar passando no seu bucho e no seu pescoço. A conta é você, sim, que vai pagar, porque o estado não paga nada. O estado toma o que é seu e ainda lhe cobra juros e não lhe devolve nada em troca. Não é à toa que temos hoje a pior educação do país,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) nota 0 em tudo, uma das maiores taxas de miséria do Brasil, a pior saúde de todas e a pior segurança pública. Esse é o PT do povo e dos pobres!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

O Sr. DR. DIEGO CASTRO: Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Rosemberg Pinto: Questão de ordem, Sr. Presidente

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem ao Sr. Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, se puder fazer a interrupção agora, para a gente botar as questões.

Mas quero deixar registrado, presidente, que não podemos... sobre essa questão que eu me manifestei, a deputada Fabíola e a deputada Lucinha também, sobre o fatídico incidente que levou a óbito à delegada de Santo Antônio de Jesus, a gente não pode estar politizando aqui um caso, numa situação, passional que aconteceu.

Quero, mais uma vez, reforçar nossa solidariedade, de todos os deputados, à família dessa senhora. Eu nem a conheço, mas nós não podemos usar a tribuna para politizar como se isso fosse um problema da segurança pública do estado, ou seja, colocando em xeque, inclusive, o próprio trabalho da vítima.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado. Suspenderei a sessão por 10 minutos. Às 16h20min retornaremos...

O Sr. Alan Sanches: Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem ao deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, eu quero, neste momento, dar parabéns à Polícia Civil, à Secretaria de Segurança Pública, pela presteza, pela atenção dada, principalmente por parte da delegada-geral, a delegada Dr.^a Heloísa, inclusive, ela foi a Santo Antônio de Jesus, tentou fazer todas as investidas para que a gente pudesse chegar à solução desse crime. Até o momento, parece que já houve um novo testemunho do rapaz informando inclusive os detalhes de como aconteceu essa tragédia.

Então, eu quero dar os parabéns, realmente, à Polícia Civil da Bahia e principalmente à delegada Dr.^a Heloísa.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): A sessão está suspensa por 12 minutos, retornaremos às 16h25min.

O Sr. Vitor Bonfim (fora do microfone): Suspender a sessão por 13 minutos seria melhor, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): A sessão está suspensa por 13 minutos...

O Sr. Rosemberg Pinto: No painel, há as presenças de 8 membros da Comissão de Constituição e Justiça. Só está faltando ser votada a apreciação da presidência, uma vez que há quórum, inclusive no painel, dos membros da Comissão de Constituição e Justiça.

Então, peço ao deputado Júnior Nascimento que desça, para colocar o seu voto.

Já votaram a deputada Ivana, o deputado Vitor Bonfim, o deputado Robinson Almeida. O deputado Alan está aqui ao lado.

(Sessão suspensa.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, já se completaram 15 minutos de suspensão da sessão.

Vamos voltar, Deputado Euclides.

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Mandem chamar. Vamos dar o tempo aqui e resolve-se o resto.

Nobre líder Alan, da Oposição; deputado Alan...

O Sr. Euclides Fernandes: Srs. Deputados, membros da Comissão de Constituição e Justiça, estamos processando, realizando esta eleição, tendo em vista o afastamento da atual presidente por motivo de saúde. Estamos elegendo o novo presidente para comandar essa importante Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Vamos, então, à votação.

(Procede-se à votação secreta.)

O Sr. Euclides Fernandes: Realizada a votação, vamos, então, apurá-la.

Coloco, como escrutinador, para fazer a apuração o líder (risos) da Minoria deputado Alan Sanches, e o líder da Maioria e líder do Governo Jerônimo Rodrigues, o deputado Rosemberg Pinto. Digo, o líder da Maioria. (Risos)

(Procede-se ao escrutínio.)

O Sr. Euclides Fernandes: Para Robinson, 3 votos, 4 votos, 5 votos, 6 votos. (Risos)

Robinson foi eleito por unanimidade entre os membros da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Robinson é o novo presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, pelo tempo de 3 minutos, o deputado Robinson Almeida, que acaba de ser escolhido como presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, membros da imprensa, galeria que acompanha a sessão de hoje à tarde, eu quero, em primeiro lugar, justificar que essa eleição se dá em função do afastamento, por motivo de saúde, da nossa presidenta Maria del Carmen. Quero desejar a ela uma pronta recuperação e que ela possa ter um retorno breve, porque a sua companhia é querida por todos nós.

Em segundo lugar, eu quero agradecer aos meus pares da Comissão de Constituição e Justiça, ao deputado Alan Sanches, líder da Oposição e ao deputado Rosemberg Pinto, líder da Maioria, por terem promovido esse espaço de instalação da comissão de forma extraordinária para que essa importante comissão da Casa não ficasse com a vacância na condução da sua presidência. Eu exercerei essa função obedecendo os ditames legais e constitucionais. Sei que há um sentimento de vários deputados da Casa para que analisemos as matérias oriundas dos colegas. Por isso, nós faremos uma força-tarefa, inclusive nesse período de eleição, para que consigamos ter quórum nas reuniões das terças-feiras e possamos avaliar a produtividade dos nossos parlamentares.

Então, convido a todos para que tenhamos esse compromisso de funcionamento da comissão e, da parte da presidência, haverá sempre a disposição para o diálogo e para o entendimento, a fim de que possamos colaborar com a produção legislativa, porque a expectativa da sociedade é de que esta Casa de leis produza regramentos que melhorem a qualidade de vida do povo baiano. Para isso nós fomos eleitos, para isso foram criadas as comissões e nós vamos exercer a presidência de forma democrática e compromissada com o interesse público.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, primeiro quero parabenizar o deputado Robinson pela assunção à presidência da Comissão de Constituição e Justiça e anunciar o nome do deputado Fabrício Falcão para ser líder da federação composta pelo PT, PCdoB e PV, o que já deve ser publicado amanhã.

Então, quero desejar sucesso a Robinson e à assunção do deputado Fabrício a líder da Federação Brasil da Esperança na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, o nobre líder da Minoria ou o líder do União Brasil. Deputado...

(Alguns deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. Alan Sanches: Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não há orador. Último tempo, 20 minutos do PT.

O Sr. Rosemberg Pinto: Vinte? (Risos)

Parlamentar não identificado: Vinte?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Só tirei três...

O Sr. Rosemberg Pinto: O.k., falará por 5 minutos cada: deputado Euclides Fernandes, deputada Fabíola Mansur, deputado Rosemberg Pinto e deputado Bobô.

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. Rosemberg Pinto: Eu divido com você.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k..

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, o deputado Euclides Fernandes por 4 minutos.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES: Srs. Deputados, nós terminamos neste instante de fazer a eleição para a presidência da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Foi eleito o nosso companheiro do PT, o deputado Robinson, um excelente deputado. Tenho convicção de que ele fará um excelente trabalho à frente dessa comissão tão importante da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Mas eu gostaria de deixar registrado, Sr. Presidente Adolfo Menezes, o lamentável afastamento da deputada Maria del Carmen, que se deu por motivo de saúde. Eu quero deixar registrado, Sr. Presidente, nos Anais desta Casa, o excelente trabalho que ela estava realizando à frente dessa comissão. Maria del Carmen avançou bastante nas discussões dos projetos que foram acumulados ao longo do tempo. Só este deputado tinha mais de 200 projetos que não andavam por estarem travados na Comissão de Constituição e Justiça. Ao assumir a presidência dessa comissão, a deputada estadual Maria del Carmen, do PT, automaticamente fez mutirões e agilizou os trabalhos, assim como acompanhou a necessidade de os Srs. Deputados estarem presentes para se poder realizar as sessões da comissão. Ela avançou bastante, deixando uma evidente demonstração de eficiência na presidência da Comissão de Constituição e Justiça.

Mas, Sr. Presidente, eu quero também falar com V. Ex.^a que nós temos lamentavelmente uma situação travada nas comissões. Com Maria del Carmen, foram acelerados os projetos que estavam acumulados na Comissão de Constituição e Justiça. Mas, já em outras comissões, Sr. Presidente... Eu até vou pedir afastamento de certas comissões das quais eu faço parte e sou membro, porque não existem – propriamente dito – realizações de atuação dessas comissões.

Por isso, eu quero deixar registrado, Sr. Presidente, para que V. Ex.^a tome uma providência para fazer valer a necessidade de haver a realização de atuação dessas comissões. Os projetos só chegam ao Plenário depois que passam pelas comissões, o que é determinado pelo presidente da Casa. Quando chega à Presidência, ele despacha e diz as comissões pelas quais os projetos devem passar. Evidentemente, depois que um projeto passa pela Comissão de Constituição e Justiça, que é a primeira comissão, terá de passar por mais três ou quatro comissões. Como não está tendo plenamente a atuação dessas comissões, com a realização de suas tarefas, evidentemente que a gente fica paralisado, travado, sem ver os nossos projetos chegarem para uma discussão em Plenário a fim de serem aprovados ou não pelos Srs. Parlamentares.

Então, Sr. Presidente Adolfo Menezes, grande gestor que está pela segunda vez na Presidência – quem sabe se Deus permitir, vai para a terceira Presidência deste Poder Legislativo –, queria que o senhor recomendasse aos Srs. Presidentes das comissões e aos seus respectivos membros, que estão prejudicando o andamento dos projetos dos próprios deputados, que compareçam e sejam atuantes...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para que os projetos possam chegar ao Plenário e sejam discutidos pelos deputados estaduais que compõem a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Euclides, inclusive eu vou submeter aos líderes desta Casa que os deputados membros das comissões que faltarem a duas reuniões terão algum valor cortado de alguma forma. Não se justifica que algumas comissões tenham as reuniões, mas outras não porque alguns deputados não estão participando como deveriam.

Srs. Deputados, haverá votação daqui a pouco. Temos projetos de importância e de urgência, como o do Ministério Público, que serão votados nesta tarde. Então, peço aos deputados que se encontram em seus gabinetes e em outras dependências desta Casa para virem ao Plenário.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, a deputada Fabíola Mansur, pelo tempo de 5 minutos.

A Sr.^a DRA. FABÍOLA MANSUR: Sr. Presidente, primeiro quero parabenizar o deputado Robinson Almeida pela assunção da Comissão de Constituição e Justiça – deputado extremamente qualificado – e me associar às palavras do deputado Euclides, que, deputado Eures, parabenizou a deputada Maria del Carmen pelo andamento da CCJ, sob a sua gestão.

Mas, o que me traz aqui, Sr. Presidente, é que hoje pela manhã, houve o funcionamento de três comissões: Saúde, Educação e Agricultura. E, na Comissão de Educação, nós tivemos a oportunidade de aprovar uma audiência pública que vai tratar, deputado Cafu, da retomada do Programa Habitacional do Servidor Público do Estado da Bahia, que é o Programa Minha Casa, Minha Vida Servidor Público.

Com a retomada do governo do presidente Lula e do Programa Nacional de Habitação, a Caixa tem se imbuído em facilitar, sobretudo para a população de baixa renda, independentemente de ser servidor ou não, condições diferenciadas para que a população adquira sua casa própria.

No estado da Bahia, já houve, deputada Fátima, entre os anos de 2007 e 2011, o Programa Habitacional do Servidor, com mais de 20 mil servidores beneficiados. Com a retomada do Programa Habitacional, nós estamos sugerindo uma audiência pública com a Federação dos Trabalhadores do Estado da Bahia para exatamente debater e propor ao nosso governo, com condições adequadas dentro do que é pactuado nacionalmente, o que seria possível para a retomada desse importante programa habitacional para os servidores.

Um outro assunto, Sr. Presidente e deputado Cafu, é que nós estamos tendo incêndios na região de Irecê. Nessa semana tivemos dois incêndios e foi objeto de indicação desta deputada uma unidade do Corpo de Bombeiros em Irecê, que é polo da região nas áreas de saúde, de educação, de energias renováveis, de serviços, de agricultura. Com certeza, é uma região que está crescendo muito e carecemos de uma unidade do Corpo de Bombeiros lotada naquela região, sobretudo, em Irecê.

O prefeito Elmo Vaz já providenciou, em contato com nosso governador, terrenos para que o coronel Marchesini possa colocar e destinar o quadro técnico dos bombeiros para aquela região.

E, por último, quero saudar o Anjo Bom da Bahia, a nossa Santa Dulce dos Pobres. Que ela possa abençoar todos nesta Casa, toda a Bahia! Hoje é o seu dia de nascimento e várias atividades estão ocorrendo.

Ontem, o deputado Matheus e o deputado Rosemberg fizeram uma brilhante sessão no Dia Internacional da Juventude, mas que culminou com uma ação do nosso governador Jerônimo, transversalizada a diversas secretarias, em que nós tivemos a instituição de um aumento de 33% em diversos programas do governo, como o Partiu Estágio e o Mais Futuro. Isso significa um aumento na possibilidade dos nossos estudantes receberem seus auxílios. Em parceria com o Detran e estava presente o diretor Rodrigo Pimentel, também tivemos a instituição da Carteira Nacional de Habilitação Social, o que é importante, porque quando um jovem tem facilitada e subsidiada a aquisição de sua carteira de habilitação, deputado Eures, isso não apenas melhora sua qualidade de vida, mas também melhora curricularmente a sua inserção no mercado de trabalho.

No Dia da Juventude, desejamos efetivamente que a nossa juventude tenha a oportunidade de se capacitar, tenha uma educação de qualidade como a que propõe o nosso governo, com a valorização de professores, com as escolas em tempo integral,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) mas também tenha o curso de capacitação.

Além disso, eu fico muito feliz que nós tenhamos aprovado nesta Casa o Agente Jovem Ambiental, pois teremos a juventude recebendo uma pequena bolsa para cuidar do meio ambiente a partir das multas que são efetivamente geradas na pasta.

Isso é muito importante, porque o governo está criando uma série de oportunidades para nossa juventude. Esse é um governo que se compromete com o presente...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) ao se comprometer com o futuro dessas gerações, porque o futuro é agora.

Obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, o deputado Bobô.

O Sr. BOBÔ: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, boa tarde. Sr. Presidente, eu quero neste momento celebrar o que o governador recentemente

regulamentou. Na realidade, autorizou a regulamentação de uma lei que é extremamente importante, sobretudo para os pequenos produtores e agricultores familiares, enfim, aqueles que produzem produtos de muita qualidade, mas que, infelizmente, não podiam vender além do seu território.

Esta Casa teve um papel fundamental quando aprovou uma lei de minha autoria por unanimidade – do que eu tenho muito orgulho –, a qual cria o Selo Susaf, que é o selo que garante a esses pequenos produtores da agricultura familiar que produzem produtos de muita qualidade – inclusive, alguns deles são renomados, com estrelas, com classificação altíssima, a exemplo do pessoal do queijo artesanal – a venda fora do seu território. Nós avançamos muito com essa aprovação por esta Casa e recentemente o governador Jerônimo Rodrigues esteve no município de Vitória da Conquista, em um encontro com os movimentos sociais, e anunciou a regulamentação dessa lei.

Essa lei, eu não tenho dúvida alguma, talvez tenha sido uma das mais avançadas dos últimos anos no que se refere à agricultura familiar e à potencialização da economia da agricultura familiar, sobretudo fortalecendo os produtores que, de alguma maneira, trabalham muito com as agroindústrias de pequeno porte.

É importante a gente registrar que o governo da Bahia, há muitos anos, é o que mais investe na agricultura familiar. Programas dos mais variados potencializam muito essa economia. Entretanto, havia a dificuldade de se avançar além dos limites do território. E essa Lei Susaf permite que um pequeno produtor de produtos de qualidade derivados de animal, ou seja, ovos de galinha caipira ou a própria galinha caipira, o queijo artesanal, enfim, todos esses produtos poderão ser comercializados em todo o estado da Bahia, desde que tenha o selo Sim e o selo Susaf.

Isso é um avanço extraordinário e que vai fortalecer a economia dos municípios e dos territórios, e irá avançar muito, também, na geração de postos de trabalho, de oportunidade para aquele pequeno produtor que faz um sacrifício imenso para produzir algo de muita qualidade e que possa chegar aos principais mercados consumidores do estado da Bahia.

Então, eu tenho muito orgulho e faço um agradecimento a todos os deputados que aprovaram essa lei e ao governador, por conhecer fundamentalmente essas dificuldades, porque foi secretário de uma pasta importante, do Desenvolvimento Rural. Ele entendeu que tinha de acelerar a regulamentação dessa lei para que ela pudesse, efetivamente, mexer e melhorar a vida das pessoas que moram no campo.

Eu fico, aqui, imaginando os produtores de queijo, deputado Robinson, de queijo artesanal que têm muita dificuldade... A quantidade de leite, ou seja, 100 litros de leite por cada estrutura e eles já produzem esses queijos, que são consumidos em Paris e classificados como um dos melhores queijos do mundo. Eles não podiam vender esse queijo de extrema qualidade além do seu território, além de sua cidade. Então, isso chega num momento muito importante.

Eu quero agradecer ao deputado Rosemberg Pinto, que foi o relator dessa lei. E, para nós, agora é só esperar o momento de ver o crescimento da economia baiana através do fortalecimento da agricultura familiar, especialmente dos pequenos produtores e também das pequenas agroindústrias construídas pelo estado e pelo governador em todo o estado da Bahia.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Presidente, deputado Alex, V. Ex.^a será relator, presidente.

Há todo um questionamento sobre as comemorações para a Santa Dulce dos Pobres, Irmã Dulce. Nesta Casa já houve alguns debates sobre essa data e esse tema. E para dirimir todas as divergências, houve uma discussão das representações da Igreja Católica diretamente com os familiares e as pessoas envolvidas na materialidade dessa data, que se instituiu a partir do projeto do Executivo, o dia 13 de agosto, este dia de hoje, como o dia para se comemorar, deputado Alex da Piatã... Deputado Alex, deputado Alex, hoje todas as dúvidas foram tiradas em relação à comemoração da data para se valorizar a passagem, a vida da Irmã Dulce. O governo do estado encaminhou um projeto de lei para esta Casa, dirimindo todas essas dúvidas a partir das conversas com a Igreja Católica, com os familiares e as pessoas envolvidas na relação com a Irmã Dulce e instituiu o dia 13 de agosto, este dia de hoje. Por conta disso, nós iremos, aqui, por acordo das lideranças da Minoria e da Maioria, dispensar as formalidades para se votar esse projeto que já tramita na Casa, inclusive de comum acordo, e indicar V. Ex.^a como o relator do projeto, para que a gente possa instituir definitivamente o dia 13 de agosto como esse dia calendarizado para as comemorações dessa mulher extremamente importante para a vida dos baianos e das baianas, dos brasileiros e das brasileiras, Santa Dulce dos Pobres. Então, presidente, aqui nós vamos votar por acordo esse projeto.

Encerrando as falas, eu queria conclamar todos os deputados e deputadas para que pudessem se fazer presentes no Plenário para que a gente possa apreciar os projetos que estão tramitando aqui, dois em caráter de urgência e três por consenso. Ainda estou conversando com o deputado Alan sobre esse projeto da consensualidade, que é um projeto importante, oriundo do Poder Executivo, mas de interesse da Procuradoria Geral do Estado da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Então, vamos votar agora o do Ministério Público, deputado Rosemberg?

Srs. Deputados, Ordem do Dia.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 25.452/2024, de procedência do Ministério Público do estado da Bahia, que altera a Lei nº 8.966, de 22 de dezembro de 2003, e reestrutura os quadros de Pessoal, Cargos em Comissão e Funções de Confiança do Ministério Público do Estado da Bahia, e dá outras providências.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Quem é o relator, deputado Rosemberg?

O Sr. Rosemberg Pinto: O deputado Robinson Almeida, em homenagem à Comissão de Constituição e Justiça, como presidente da Comissão de Constituição e Justiça, para relatar.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para relatar, o deputado Robinson Almeida.

O Sr. Alan Sanches: Para estrear como presidente.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: (Lê) "PARECER

Das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 25.452/2024, de autoria do Ministério Público, o qual 'altera a Lei nº 8.966, de 22 de dezembro de 2003, reestrutura os quadros de Pessoal, Cargos em Comissão e Funções de Confiança do Ministério Público do Estado da Bahia e dá outras providências.'

Apresenta, para apreciação da Assembleia Legislativa, o Ministério Público do Estado, a proposição que ora passo a relatar, reestruturando os quadros de pessoal, cargos em comissão e funções de confiança do órgão.

Conforme registra o Chefe do MP baiano no ofício que acompanha o PL, 'o projeto dispõe sobre o redimensionamento da estrutura dos cargos de servidores da instituição, com vistas, a um só tempo, à correção de imprecisões de ordem formal e material, especialmente aquelas que culminaram na promulgação das Leis nº 14.044, de 27 de dezembro de 2018, e nº 14.168, de 26 de setembro de 2019, as quais criaram os atuais cargos de assessor jurídico de promotoria de justiça', indicando ainda que 'desde o advento das leis indicadas, houve significativo impacto positivo no funcionamento dos órgãos finalísticos do Ministério Público, na medida em que foi viabilizado aos promotores de justiça contarem com assessores jurídicos diretos, de sua confiança, a quem pode ser atribuída a execução de tarefas preparatórias e auxiliares típicas dos órgãos de execução da instituição', sublinhando, contudo, que posteriormente 'sobreveio a compreensão de que o modelo previsto na lei em questão deixara margem para questionamentos quanto às atribuições legais dos cargos de assessoramento criados, assim como revelaram a insuficiência quantitativa para atendimento a todos os promotores de justiça em atividade.'

Além disso, cabe ressaltar que houve questionamento jurídico, em discussão quanto à proporcionalidade quantitativa de cargos em comissão em face do número de servidores do quadro de provimento efetivo, na forma prevista nas leis acima referenciadas, fazendo-se necessárias as presentes alterações, ressaltando-se por fim, que 'o impacto orçamentário para este ano é inexistente, ou ainda reduz a previsão de execução, considerando a extinção de alguns cargos neste projeto', enquanto que, para o ano que se segue, as projeções são passíveis de absorção pelo orçamento da Instituição, sobretudo em decorrência da possibilidade de adequação dos provimentos à capacidade orçamentária estabelecida', e ainda que 'a iniciativa também é passível de absorção quanto ao limite prudencial de 1,90% (um inteiro e noventa centésimos por

cento), e máximo de 2% (dois por cento), de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.’

A proposição, além de propor a alteração de nomenclatura de diversos cargos em comissão e a transformação de vários outros, prevê ainda a extinção de 37 destes cargos e a criação de 500 cargos em comissão de Assessor Jurídico de Promotor de Justiça, além de 37 funções de confiança. Serão criados ainda, a partir de 1º de julho de 2025, 30 cargos de Promotor de Justiça Substituto.

Trata-se, por fim, de matéria de relevante interesse público, na medida em que se destina a possibilitar ao Ministério Público melhores condições para a prestação dos seus inestimáveis serviços à sociedade.

O projeto não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além do seu caráter de grande mérito, opino pela aprovação na forma originalmente apresentada pelo Ministério Público, ressaltando ainda que a sua aprovação nesta Sessão é possibilitada em virtude de acordo firmado entre as Lideranças das Bancadas da Maioria e da Minoria Parlamentar na Assembleia, para dispensa das formalidades.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2024.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação, no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

O Sr. Hilton Coelho (fora do microfone): Para encaminhar, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para encaminhar o voto, deputado Hilton Coelho.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, demais deputados e deputadas, quero dizer que o voto do Psol vai ser contrário a esse projeto.

Veja, deputado Euclides, como se pode criar 181 cargos e dizer que não tem impacto orçamentário? Ao mesmo tempo, o projeto diz que vai extinguir o conjunto de cargos que são cargos de confiança, comissionados, no âmbito do Ministério Público.

Então, esse projeto, eu confesso que a nossa assessoria não conseguiu entender. Eu queria que algum deputado explicasse para a gente como é que o Ministério Público está fazendo essa mágica.

E para piorar a situação, deputado Euclides, nós recebemos uma nota técnica da Associação Nacional dos Sindicatos dos Ministérios Públicos dizendo que por trás desse projeto existe a intenção de driblar a validade de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade que questiona a quantidade de cargos em comissão no Ministério Público, porque eles estariam desproporcionais em relação aos cargos efetivos.

Então, um projeto desse tipo – que ninguém entende para conseguir explicá-lo, que apresenta uma sentença que, para mim, é completamente, a meu ver, indecifrável,

inconfiável – criar mais de 180 cargos sem gerar despesa?! Não é, deputado Vitor? Complicado.

Então, veja bem, para nós não existe transparência. O projeto, inclusive, vai sendo aprovado pela CCJ aqui, no Plenário, e, mais uma vez, não passa pelas outras comissões, não tem debate. E o que nós podemos ter é, mais uma vez, o fortalecimento, já que tais cargos... inclusive, não há nem a garantia de existência real da necessidade desses cargos no Ministério Público. Esse é outro problema levantado. E nós podemos, simplesmente, votar mais um projeto que vai fazer com que a cúpula do Ministério Público tenha a possibilidade de fazer, a meu ver, favorecimentos internos. Corre o risco de ser isso.

Portanto, não contará com o voto do Psol. E acho que o governador Jerônimo vai ter que ter cuidado na hora de sancionar esse projeto, porque corre o risco muito grande de ele ser inconstitucional. Certo?

Então, quero deixar, aqui, os nossos votos de suspeita em relação a esse conteúdo. Não entendemos. E tudo no âmbito público que não tem transparência não pode ter o carimbo da instituição, dessa instituição chamada Assembleia Legislativa da Bahia. Portanto, que a maioria vote, mas o voto do Psol é contrário.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não. Pode registrar o voto contrário do Psol.

Em Plenário, em primeiro turno.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado, **em 1ª discussão, o Projeto de Lei 25.452/2024, com o voto contrário do Psol.**

PROJETO DE LEI Nº 25.452/2024

Altera a Lei nº 8.966, de 22 de dezembro de 2003, reestrutura os quadros de Pessoal, Cargos em Comissão e Funções de Confiança do Ministério Público do Estado da Bahia e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado da Bahia, constante da Lei nº 8.966, de 22 de dezembro de 2003, mediante a criação de 181 (cento e oitenta e um) cargos de Assistente Técnico-Administrativos.

§ 1º - Aplica-se quanto aos requisitos de investidura, seleção, provimento e lotação dos cargos criados pelo caput, o disposto na Lei nº 8.966, de 22 de dezembro de 2003.

§ 2º - O Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado da Bahia, constante da Lei nº 8.966, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar conforme o Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Fica alterado o Quadro de Cargos em Comissão do Ministério Público do Estado da Bahia, constante da Lei nº 8.966, de 22 de dezembro de 2003, conforme especifica:

I – Ficam extintos 13 (treze) cargos Oficial Administrativo III, símbolo CMP-1;

II – Ficam extintos 2 (dois) cargos Coordenador Administrativo II e 2 (dois) cargos Oficial Administrativo I, ambos de símbolo CMP-3;

III - Ficam extintos 13 (treze) cargos Gerente Administrativo Regional, 2 (dois) cargos Gerente, 2 (dois) cargos Coordenador Administrativo I, 1 (um) cargo Assessor Técnico, 1 (um) cargo Assessor de Comunicação Social II e 1 (um) cargo Assessor Administrativo, todos símbolo CMP-4.

IV – Ficam criados 500 (quinhentos) cargos Assessor Jurídico de Promotor de Justiça, símbolo CMP-2;

V – Ficam transformados 24 (vinte e quatro) cargos Coordenador Administrativo III, símbolo CMP-2, em 24 (vinte e quatro) novos cargos Assessor Jurídico de Promotor de Justiça, símbolo CMP-2;

VI - Fica transformado o cargo Assessor Técnico-Jurídico, símbolo CMP-5, no cargo Assessor Jurídico, símbolo CMP-5.

Art. 3º - Ficam parcialmente alteradas as nomenclaturas dos cargos constantes do Quadro de Cargos em Comissão do Ministério Público do Estado da Bahia, previsto na Lei nº 8.966, de 22 de dezembro de 2003, com as alterações decorrentes do art. 2º, passando a vigorar em conformidade com o Anexo II desta Lei, conforme especifica:

I – Os cargos em comissão Oficial Administrativo III, símbolo CMP-1, passam à nomenclatura Assessor Administrativo I, símbolo CMP-1;

II – Os cargos em comissão Coordenador Administrativo III e Oficial Administrativo II, símbolo CMP-2, passam à nomenclatura Assessor Administrativo II, símbolo CMP-2;

III– Os cargos em comissão Coordenador Administrativo II e Oficial Administrativo I, símbolo CMP-3, passam à nomenclatura Gestor Administrativo III, símbolo CMP-3;

IV – Os cargos em comissão Assessor Administrativo e Assessor Técnico, símbolo CMP-4, passam à nomenclatura Assessor Administrativo IV, símbolo CMP-4;

V – Os cargos em comissão Coordenador Administrativo I, Gerente Administrativo Regional e Gerente, símbolo CMP-4, passam à nomenclatura Gestor Administrativo IV, símbolo CMP-4;

VI - O cargo em comissão Assessor Técnico de Inteligência II, símbolo CMP-4, passa à nomenclatura Assessor Técnico de Inteligência IV, símbolo CMP-4;

VII - O cargo em comissão Assessor Técnico de Inteligência I, símbolo CMP-5, passa à nomenclatura Assessor Técnico de Inteligência V, símbolo CMP-5;

VIII – Os cargos em comissão Assessor Jurídico, símbolo CMP-5, passam à nomenclatura Assessor Jurídico de Procurador de Justiça, símbolo CMP-5;

IX - O cargo em comissão Assessor de Comunicação Social I, símbolo CMP-5, passa à nomenclatura Gestor de Comunicação Social, símbolo CMP-5;

X - Os cargos em comissão Coordenador Técnico, símbolo CMP-5, passam à nomenclatura Gestor Administrativo V, símbolo CMP-5.

§ 1º - Aplica-se quanto aos requisitos de investidura, provimento e lotação dos cargos em comissão o disposto na Lei nº 8.966, de 22 de dezembro de 2003.

§ 2º - Os servidores investidos nos cargos em comissão extintos pelo art. 2º, incisos I, II e III, desta Lei, serão exonerados na data de entrada em vigor desta Lei.

§ 3º - As mudanças de nomenclaturas dos cargos constantes do Quadro de Cargos em Comissão do Ministério Público do Estado da Bahia, sem modificação dos respectivos símbolos, não implicam a exoneração dos servidores investidos nos respectivos cargos, mantendo-se inalterado o vínculo, especialmente para o exercício de direitos e vantagens subordinados à condição de continuidade, inclusive de natureza funcional e previdenciária.

Art. 4º - Fica alterado o Quadro de Funções de Confiança do Ministério Público do Estado da Bahia, constante da Lei nº 8.966 de 22 de dezembro de 2003, que passa a vigorar de acordo com o Anexo III desta Lei, conforme especifica:

§ 1º - Ficam alterados os símbolos das Funções de Confiança FMP-2, que passam ao símbolo FMP-3.

§ 2º - As nomenclaturas das Funções de Confiança Assistente de Auditoria Interna I, Assistente de Gestão I e Assistente de Segurança Institucional I, símbolo FMP-3, passam às nomenclaturas Assistente de Auditoria Interna III, Assistente de Gestão III e Assistente de Segurança Institucional III, símbolo FMP-3, respectivamente.

§ 3º - Ficam criadas 20 (vinte) Funções de Confiança Assistente de Gestão III, símbolo FMP-3.

§ 4º - Ficam alterados os símbolos das Funções de Confiança FMP-1, que passam ao símbolo FMP-2.

§ 5º - Ficam criadas 4 (quatro) Funções de Confiança Assistente de Gestão II, símbolo FMP-2.

§ 6º - Ficam criadas 13 (treze) Funções de Confiança Assistente de Gestão I, símbolo FMP-1.

§ 7º - As mudanças de nomenclaturas das Funções de Confiança, que constam do Quadro de Funções de Confiança do Ministério Público do Estado da Bahia, Lei nº 8.966, de 22 de dezembro de 2003, não implica a automática revogação das designações dos servidores investidos, mantendo-se a continuidade do vínculo, especialmente para o exercício de direitos e vantagens subordinados à condição de continuidade, inclusive de natureza funcional e previdenciária.

§ 8º - Os vencimentos das Funções de Confiança símbolos FMP-3 e FMP-2 corresponderão aos valores vigentes para as funções de símbolos que vieram a substituir, na forma dos §§ 1º e 4º do art. 5º desta Lei.

§ 9º - Os vencimentos das Funções de Confiança Assistente de Gestão I, símbolo FMP-1, corresponderá a R\$ 1.578,50 (mil quinhentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos).

Art. 5º - Fica alterado o Quadro Geral do Ministério Público, constante do Anexo I da Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996, e suas alterações, mediante a criação de 30 (trinta) cargos de Promotor de Justiça Substituto, com vigência a partir de 1º de julho de 2025.

Art. 6º - A partir de 1º de julho de 2025, o Quadro dos Cargos em Comissão do Ministério Público do Estado da Bahia previsto na Lei nº 8.966, de 22 de dezembro de 2003, ficará alterado mediante a transformação de 30 (trinta) cargos comissão Assessor Administrativo II, símbolo CMP-2, em 30 (trinta) cargos em comissão Assessor Jurídico de Promotor de Justiça, símbolo CMP-2.

Parágrafo único. A Procuradoria-Geral de Justiça publicará os atos administrativos referentes às exonerações decorrentes das transformações no Quadro dos Cargos em Comissão do Ministério Público do Estado da Bahia, previsto na Lei nº 8.966, de 22 de dezembro de 2003, e previstas no caput deste artigo, na data de sua entrada em vigor.

Art. 7º - As atribuições dos cargos que compõem o Quadro de Pessoal, o Quadro dos Cargos em Comissão e o Quadro das Funções de Confiança do Ministério Público do Estado da Bahia, previstos na Lei nº 8.966, de 22 de dezembro de 2003, passam a vigorar, respectivamente, em conformidade com o disposto nos Anexos I, V e V desta Lei.

Art. 8º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta dos recursos orçamentários próprios do Ministério Público do Estado da Bahia.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as Leis nº 14.044, de 27 de dezembro de 2018, e nº 14.168, de 26 de setembro de 2019.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Próximo projeto. Projeto de Lei nº 25.330/2024, que institui o dia 13 de agosto como o Dia de Santa Dulce dos Pobres no estado da Bahia.

Para relatar...

O Sr. Hilton Coelho (fora do microfone): Registrou o voto contrário do Psol?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Foi registrado o voto contrário, deputado Hilton.

O deputado Alex da Piatã para relatar.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Alex da Piatã.

O Sr. ALEX DA PIATÃ: Boa tarde, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, imprensa presente, todos os que nos acompanham através da TV ALBA, servidores, passo a relatar o referido parecer.

(Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 25.330/2024, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘institui o dia 13 de agosto como o Dia da Santa Dulce dos Pobres no estado da Bahia.’*

Apresenta, para apreciação da Assembleia Legislativa, o Poder Executivo, Ministério Público do Estado, a proposição que a ora passo a relatar, instituindo o dia 13 de agosto como o Dia de Santa Dulce dos Pobres.”

Quero parabenizar o Poder Executivo, o Ministério Público e principalmente toda esta Casa por trazerem esta merecida homenagem que nos honra muito estar relatando. Desde já, agradeço aos senhores líderes pela escolha.

Mas gostaria de dizer que não vejo, desde quando estive e estou como deputado, uma homenagem tão justa e tão merecida por tudo o que viveu Santa Dulce dos Pobres. Eu tenho certeza de que esta Casa, hoje, faz desse dia um dia memorável, Sr. Presidente, para que a gente possa, a cada ano, venerar Santa Dulce dos Pobres e pedir que, onde ela esteja, interceda por todos no mundo, no Brasil, em especial, na Bahia, principalmente pelos mais pobres, por aqueles que mais precisam que era por quem ela dedicou toda a sua vida enquanto fez a sua passagem.

(Lê) *“Trata-se de merecida homenagem à Santa baiana que dedicou toda a sua vida à população menos favorecida;*

O projeto não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além do seu caráter de grande mérito, opino pela aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o Parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2024.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação o parecer no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que aprovam o parecer permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado, em 1ª discussão, por unanimidade **o Projeto de Lei 25.330/2024.**

PROJETO DE LEI Nº 25.330/2024

Institui o dia 13 de agosto como Dia da Santa Dulce dos Pobres no Estado da Bahia.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Dia da Santa Dulce dos Pobres, no Estado da Bahia, a ser comemorado todos os anos no dia 13 de agosto.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Há um requerimento a ser votado. (Lê)
“Requerimento nº 10.554/2024

Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Requeiro, na forma do art. 174, inciso II do Regimento Interno, URGÊNCIA para a tramitação do Projeto de Lei nº 25.422/2024, de autoria do Poder Executivo, que ‘Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interno junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES, com garantia da União, e dá outras providências.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2004.

Deputado Rosemberg Pinto

Líder da Maioria”

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Alan.

O Sr. Alan Sanches: Nós tivemos dois projetos já acordados. Nós já votamos de acordo, independente da verificação. Passamos todos os prazos do que nós podíamos para ajudar o governo.

Mas eu passei a V. Ex.^a que, a partir de agora, a bancada não está ciente que inclusive nós não iríamos votar hoje. Tem essa ciência a minha bancada que não tinha essa pauta de votação.

Então, eu já falei com o deputado Rosemberg.

Solicito uma verificação de quórum de votação.

O Sr. Rosemberg Pinto: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.^a será atendido, deputado Alan.

Com a palavra o deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, tem um projeto de consensualidade, que é um projeto da PGE. E, conversando com o deputado Alan, se não tiver quórum, lógico,

nós não votaremos. Mas se tiver quórum, votamos. E eu queria inclusive iniciar com ele, obviamente pedindo o quórum do projeto da consensualidade.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Antes da urgência?

O Sr. Rosemberg Pinto: Antes.

E a gente pediria quórum. Obviamente, o deputado Alan pediria quórum. Se pudesse...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concorde, deputado Alan? A assinatura, eu pego depois.

O Sr. Alan Sanches: Não, não tem acordo para este projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k.

O Sr. Alan Sanches: Eu vou ler esse projeto. Ele foi ainda do semestre passado. Eu vou precisar me sentar com a bancada. Acho que não teremos problema. Mas, primeiro, eu preciso me sentar com a bancada, como eu disse. Pedindo vênua ao nosso líder do governo, eu preciso discutir esse projeto, pois ele é um projeto grande. Acho esse um projeto até bom, positivo. Mas eu preciso, para ter tranquilidade, discutir com a minha bancada.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

O Sr. Alan Sanches: Posso até trazer esse projeto na semana que vem, se houver acordo da bancada.

O Sr. Rosemberg Pinto: Tudo bem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por favor, marquem...

O Sr. Rosemberg Pinto: Não, presidente, primeiro, vamos ler o projeto para, depois, marcar o...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Que projeto?

O Sr. Rosemberg Pinto: Da urgência.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Já li.

O Sr. Rosemberg Pinto: Ah, já leu o requerimento.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Solicito marcar o tempo. Zerem o painel.

O Sr. Alan Sanches: Urgência de que projeto?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Do empréstimo.

O Sr. Alan Sanches: Certo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Solicito zerar o painel.

Srs. Deputados, existe um pedido de verificação de quórum feito pelo líder da Oposição, deputado Alan Sanches, para a votação do pedido de urgência.

Srs. Deputados que se encontram em seus gabinetes ou em outras dependências desta Casa, existe um pedido de verificação de quórum de votação!

Solicito marcar o tempo e zerar o painel, por favor.

Srs. Deputados, podem dar a presença.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, queria pedir a todos os deputados e deputadas para se fazerem presentes no Plenário. Aqueles que se encontram no

cafezinho, que se encontram em seus gabinetes atendendo à comunidade, façam-se presentes para atender a um pedido de verificação de quórum de autoria do deputado Alan Sanches.

Este projeto que nós iremos apreciar diz respeito a um investimento na Região do Sisal, na região do Sertão. Às vezes, eu lamento bastante as dificuldades que a gente encontra com parlamentares que são votados, inclusive, na região do Sertão, para que possa votar um projeto de interesse da sua base eleitoral.

Então, eu queria conclamar todos os deputados e deputadas, independente da coloração partidária, porque se trata de um projeto de investimento da ordem R\$ 250 milhões para melhorar a vida das pessoas no Sertão da Bahia, no Semiárido da Bahia. Então, eu conclamo todos os deputados para se fazerem presentes para a gente poder votar.

Além dessa urgência, nós temos outra urgência que trata dos bondes do VLT.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, faltam marcar as presenças os seguintes deputados: Alex da Piatã, Antonio Henrique Jr., Eduardo Alencar; Ivana Bastos, Júnior Muniz, Ludmilla, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Olívia Santana, Patrick, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Rogério Andrade; Soane Galvão, Zé Raimundo e Zó.

Esses deputados citados ainda faltam marcar as suas presenças.

Faltam marcar as presenças os deputados: Eduardo Alencar, Felipe Duarte, Júnior Muniz, Ludmilla, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Olívia Santana, Patrick, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos.

A deputada Olívia acabou de marcar a sua presença.

Ainda faltam marcar as presenças os deputados Ricardo Rodrigues, Soane Galvão, Roberto Carlos, Zé Raimundo, Zó, Rogério Andrade, Nelson Leal, Eduardo Alencar, Roberto Carlos, Matheus Ferreira.

O deputado Roberto Carlos já deu.

Deputado Nelson Leal, Nelson, só está faltando você. Bora, Nelson!

Bom, já tem quórum.

Com as presenças de Nelson Leal e de Alan, temos 32 deputados presentes.

Em votação o Requerimento de Urgência nº 10.554/2024.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

Há um requerimento a ser lido.

(Lê) “Requerimento nº 10.555/2024

Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Requeiro, na forma do artigo 174, Inciso II do Regimento Interno, URGÊNCIA para a tramitação do Projeto de Lei nº 25.443/2024, de autoria de Poder Executivo, que ‘Autoriza a constituição de garantir em favor do Estado de Mato Grosso mediante cessão de direitos creditícios do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, na forma que indica’.

Sala das sessões, 13 de agosto de 2024.

Deputado Rosenberg Pinto

Líder da Maioria”

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram.

(Pausa)

Aprovado.

Antes de encerrar esta sessão, convoco os deputados para estarem presentes na sessão extraordinária, a ser iniciada 1 minuto após o encerramento desta, para votarmos, em segundo turno, o projeto do Ministério Público.

Declaro encerrada a presente sessão ordinária.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Binho Galinha, Felipe Duarte, Jurailton Santos, Marcelinho Veiga, Marcinho Oliveira (justificada), Pancadinha e Robinho. (07)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.